



Relato de Experiência: Eixo 3 - Políticas, Gestão e Avaliação Pós-LDBEN

EXPERIÊNCIA COM PODCAST NA PANDEMIA: VOZES NEGRAS, IDENTIDADES E A LEI 10.639/03

Aimê Heloína Candido da Silva Santos – UNASP - EC*

Resumo: O presente relato de experiência visa apresentar uma proposta pedagógica alicerçada nas diretrizes da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África, dos africanos e dos seus descendentes afro-brasileiros. O podcast Vozes Negras foi uma ferramenta educacional desenvolvida durante a pandemia da Covid-19, mostrando-se uma alternativa de aproximação, ainda que virtual, de docentes e discentes, com a temática étnico-racial. O podcast, inicialmente pensado como ação especial para o Dia da Consciência Negra, desenvolveu-se e chegou a dez episódios, partindo da premissa das experiências vivenciadas por um grupo de docentes e servidoras negras de uma escola municipal paulistana e passando para o destaque a personalidades negras de diversas áreas, cujas vozes, muitas vezes, foram silenciadas pelo racismo. A instituição escolar é um espaço privilegiado para as discussões étnico-raciais e, em meio a situação pandêmica, cabe à educação pública não se furtar deste debate, nem dessa possibilidade tecnológica.

Palavras-chave: Proposta pedagógica étnico-racial; Ensino remoto; Podcast educacional.

Introdução

O racismo brasileiro é um problema histórico e estrutural. Reduz oportunidades, aprofunda desigualdades e, muitas vezes, ceifa vidas. A escola, “instituição social responsável por assegurar o direito da educação [...], deverá se posicionar politicamente” e lançar esforços para “mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras” (BRASIL, 2004, p. 12, 16). Ao fazer isso, atende a marcos legais e documentos direcionadores de uma educação antirracista.

O objetivo deste relato de experiência é compartilhar uma ação pedagógica desenvolvida como parte das estratégias do ensino remoto, no ano de 2020, por um grupo formado por docentes e servidoras de uma escola pública municipal da cidade de São Paulo, em meio à pandemia da Covid-19. A criação do podcast Vozes Negras, com a temática étnico-racial, motivou a pesquisa, proporcionou o partilhar de lembranças, o dividir de vivências de infâncias e juventudes negras como fator empoderador para o grupo discente, além de colocar em foco personalidades negras de diversos campos do conhecimento, do passado e da atualidade. Essa ação é possível devido às políticas educacionais, fruto de reivindicações dos

*Professora de ensino fundamental I da rede pública municipal de São Paulo; Mestre pelo programa de Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC).



movimentos negros. Exemplo disso, é a Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da Africana e cultura afro-brasileira. Abreu (2012, p. 107) aponta que “essas reivindicações envolvem não só direitos a reparações, como também ao que se convencionou chamar de dever de memória”. Este relato de experiência não tem por foco destacar as possíveis falhas, contradições ou simplificações dos documentos oficiais apresentados, mas apresentar as tentativas de sua potencialização na prática escolar.

Ao abordar os pontos seleção de conteúdo, escolha metodológica e prática escolar, a reflexão sobre o currículo é acionada. Para tanto, apresenta-se a didatização das teorias curriculares de Silva (1999) e os estudos de Riberio (2016). A temática étnico-racial no campo curricular é resultado de uma multiculturalidade dos temas do currículo, processo que relaciona a “questão de saber, poder e identidade” (SILVA, 1999, p. 148).

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo, além da necessidade de medidas restritivas para conter as contaminações e mortes, desafios para a interação escola-estudante. Foi proposto, pelo poder público, plataformas e aplicativos educacionais, porém, pouco foi feito para instrumentalizar docentes e discentes. O presente relato é a construção coletiva de um podcast como instrumento de aproximação, sem, entretanto, negar a desigualdade social que tem recortes de classe social, regionalidade, gênero e raça.

Lei 10.639/03 e ações afirmativas

Para tratar da regulamentação da Lei 10.639/03 é preciso partir da compreensão de que tal ação faz parte da relação de demandas e conquistas sociais, jurídicas, educacionais, fruto de uma trajetória histórica. Desde a década de 1950, o governo brasileiro indicava iniciativas sobre uma espécie de dever do estado nas questões raciais. Exemplo disso foi a Lei Afonso Arinos, n.º 1.390, que tipificava o preconceito racial como contravenção penal. Na década de 1980, com o processo de redemocratização no país, a formulação da Constituição Federal de 1988 deixou clara a necessidade de promover a igualdade sancionada no documento (ABREU, 2012, p. 108, 111).

Com isso, na área educacional, em 1996 ocorre a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em que a temática de pluralidade cultural é posta em foco. Já na década de 2000, as discussões e reivindicações dos movimentos sociais se intensificam e há a publicação dos Decretos n.º 3.551 e n.º 4.228, que instituíram, respectivamente, a cultura afro-brasileira como patrimônio cultural e imaterial e o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Mas foi efetivamente em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que foi regulamentada a Lei n.º 10.639, alterando a LDB de 1996 e estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática



“História e Cultura Afro-Brasileira” e também instituindo o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Abreu (2012, p. 109) aponta ainda a criação, no mesmo ano, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), cujo “maior objetivo é criar possibilidades para o desenvolvimento pleno da população negra brasileira através de ações afirmativas”.

Para atender a obrigatoriedade imposta pela nova lei e efetivar sua aplicação, criou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse documento fomenta a “multiplicidade de experiências pedagógicas”, com vistas à “renovação de práticas educacionais” (BRASIL, 2004, p. 5), além de conceituar o que são programas de ações afirmativas:

Conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória (BRASIL, 2004, p. 12).

Essa diretriz curricular reforça que, para garantir uma educação que corrija desigualdades, faz-se necessário “políticas de reparações voltadas para a educação dos negros que devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro” (BRASIL, 2004, p. 11).

Confirma-se, a partir dessa trajetória histórica e de conquistas político-educacionais, o papel da escola como importante instituição social na luta pela superação do racismo, com a reflexão, discussão e atuação pedagógica contra toda forma de discriminação, inclusive, a racial. Para tanto, é necessário repensar o currículo, as experiências e as perspectivas em seu interior.

A questão racial e o currículo

A concepção curricular utilizada nas reflexões deste relato de experiência parte da ideia de Sacristán (2013, p. 20) de entender o currículo como “recipiente não-neutro dos conteúdos”.

Para o autor,

o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes. Este instrumento e sua potencialidade se mostram por meio de seus usos e hábitos, do funcionamento da instituição escolar, na divisão do tempo, na especialização dos professores e, fundamentalmente, na ordem da aprendizagem.



A inclusão da temática racial, em especial, de novas formas de narrativa da história, luta e resistência afro-brasileira como ações afirmativas, leva à compreensão de que o redirecionamento da Lei 10.639/03 é uma “política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira” (BRASIL, 2004, p. 10).

Silva (1999), em sua obra sobre as teorias curriculares, discorre sobre concepções do currículo pós-crítico. Para o autor, as teorias críticas do currículo, aquelas que trazem a força da reflexão sobre classes sociais e vinculação econômica no planejamento pedagógico, são suplantadas por novas pautas do multiculturalismo, como a questão de gênero, sexualidade e étnico-racial. Ao abordar “o currículo como narrativa étnica e racial”, as teorias pós-críticas marcam a “superação e ampliação do pensamento curricular crítico que aponta a dinâmica de classe como única no processo de reprodução das desigualdades sociais” (SILVA, 1999, p. 101).

Ribeiro (2016, p. 306) discorda das delimitações das teorias curriculares de Tomaz Tadeu da Silva e traz o pensamento de que “a teoria crítica curricular a partir da década de noventa se hibridizou em certa medida, acolhendo algumas contribuições pós-modernas no que diz respeito à ressignificação de categorias conceituais como cultura, linguagem, etnia e gênero”. De toda forma, as últimas décadas mostraram que tais questões não podem mais estar de fora das discussões e planejamentos educacionais.

No Currículo da Cidade de São Paulo, documento direcionador da prática pedagógica na rede municipal paulistana, consta que sua produção está sobre os pilares das “Concepções de Educação Integral e Educação Inclusiva, voltadas a promover o desenvolvimento humano integral e a equidade” e, com isso, visa “garantir a igualdade de oportunidades para que os sujeitos de direito sejam considerados a partir de suas diversidades”, ideias fundamentadas “em marcos legais e documentos oficiais socialmente relevantes, como a Lei nº 10.639/03” (SÃO PAULO, 2019, p. 31).

Podcast como estratégia pedagógica na pandemia

Em 2020, o mundo presenciou a expansão da Covid-19 pelos continentes. A situação pandêmica exigiu dos sistemas educacionais estratégias para alcançar estudantes em isolamento social, necessidade que surgiu face ao caráter contagioso da doença. O ensino remoto tornou-se parte central das práticas educativas e foi preciso encontrar ações viáveis a esse tipo de ensino. A criação de podcasts educativos foi uma dessas ações.

Jesus (2014 *apud* Oliveira *et. al* 2020, p. 57) mostra que o próprio significado do termo já apresenta a sua conceituação, sendo “a união das palavras iPod (dispositivo móvel de reprodução de áudio/vídeo) e broadcast (método de distribuição/transmissão de dados)”. O



podcast é, portanto, uma mídia em formato de áudio, que pode ser disponibilizado na internet. Uma ou mais pessoas podem participar do podcast, que pode ser gravado ou ao vivo e há opções de plataformas para distribuição, como, por exemplo, o *Google Podcasts* e *Spotify*. É preciso ter um dispositivo eletrônico que reproduza áudios e acesso à internet wifi ou um pacote de dados móveis para ouvir ou baixar os episódios.

Bottentuit e Coutinho (2007, p. 837), na década passada, já afirmavam que a lógica do tempo era escassa num mundo globalizado e, como ferramenta pedagógica,

o podcast surge como uma tecnologia alternativa extremamente potente para ser utilizada ao serviço do processo de ensino e aprendizagem tanto na modalidade a distância [e-learning] ou como no complemento ao ensino presencial [b-learning].

Oliveira *et. al* (2020, p. 58) apontam que, durante a pandemia, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) foram vistas como uma possível opção de alcance estudantil, contudo, além da busca, por parte do grupo docentes, de “aplicativos e metodologias mais adequados para atingir o cerne de seu trabalho”, as escolas tiveram de lidar com a “demanda de problemas de ordem socioeconômicos [...] outro fator que impôs dificuldades a agenda pedagógica do ensino remoto”.

Nascimento (2020a, p. 05) compartilha as dificuldades e apreensões docentes na pandemia. Lista que, “sem qualquer apoio da Secretaria Municipal de Educação quanto à formação para o uso de tecnologias digitais”, docentes observaram os “materiais produzidos por outras escolas”, experimentaram, arriscaram e compartilharam conhecimentos com pares mais novas. Além disso, utilizaram seus recursos próprios para investir em materiais “para melhorar a qualidade técnica de suas produções” (NASCIMENTO, 2020a, p. 05).

A produção de materiais pelos grupos docentes não garante o alcance aos discentes. Ao tratar sobre o ensino remoto com o uso das tecnologias, a autora (2020b, p. 128, grifo nosso) lembra:

Dentro de um cenário histórico de desigualdade social, que vai desde a falta de estrutura física nas residências, até às diferenças de acesso devido a marcadores como gênero e *raça*, dentre outros, infere-se que este instrumento com vistas à equidade de acesso ao ensino, não garante a *equidade* de aprendizado dos alunos, já que todos não compartilham das mesmas condições socio-econômico-culturais, algo que tornou-se uma *normalidade excludente e macabra*.

Conscientes das dificuldades de acesso estudantil, contudo, preocupados com a falta de projetos voltados à temática étnico-racial no ano de 2020, um grupo docente de uma escola do município de São Paulo se uniu e formulou o Podcast Vozes Negras, na tentativa de alcançar as crianças e adolescentes de sua unidade escolar no período da pandemia.

Vozes Negras: nossa história, nossa voz

Desde de março de 2020, a Prefeitura de São Paulo suspendeu as aulas presenciais. Após o adiamento do recesso escolar do meio do ano e antecipação de alguns feriados, as aulas retornaram, no final do mês de abril, no sistema de ensino remoto. Foi entregue um material apostilado às famílias, formulado pela própria Secretaria Municipal de Educação, e as aulas na plataforma Google Sala de Aula deveriam ser baseadas nele. Entretanto, percebeu-se que a temática étnico-racial deveria receber mais atenção no planejamento. Atividades voltadas ao tema foram produzidas durante todo ano letivo, porém, com a chegada do Dia da Consciência Negra uma questão surgiu: como desenvolver uma ação especial para este dia, marco tão importante para a reflexão de uma educação antirracista? Presencialmente na escola, a elaboração disso ocorria com mais facilidade, especialmente nos horários de formação. Porém, o ensino remoto não afastou apenas estudantes de docentes, mas dificultou também o debate de ideias, tão comum nas horas-aulas coletivas.

Um grupo de docentes reuniu-se virtualmente e discutiu sobre um programa em áudio, com o objetivo de compartilhar de suas experiências como pessoas negras, na infância, juventude e vida adulta. A ideia era apresentar suas histórias como fator de empoderamento para as crianças e adolescentes. Essa ação pedagógica foi crescendo à medida que era debatida, bem como a consciência de seu valor. Para Collins (2019, p. 456, grifo nosso),

reconhecer que o mundo está em formação chama a tenção para o fato de que, embora o *empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social.*

Sem que houvesse uma discussão coletiva na formulação do Podcast Vozes Negras, juntamente com o dividir de histórias pessoais, o repartir de lembranças, o compartilhar de sentimentos, inclusive da dor, a proposta não teria evoluído como proposta educacional. A escolha do nome do podcast é significativa: nossa história, nossa voz. Voz essa, muitas vezes, silenciada.

Como já mencionado, a ideia deste projeto partiu de professoras e professores negros, que lançaram o convite para quem mais quisesse participar dessa ação antirracista. Surgiu interesse por parte de docentes brancos, coordenadora e servidoras negras da secretaria. A proposta da criação desse podcast foi, inicialmente, apenas para a comemoração e conscientização do dia 20 de novembro, como um episódio especial. Porém, a partir dos diálogos nas reuniões virtuais de planejamento, percebeu-se que havia muito mais a ser dito.



Episódios

As pessoas envolvidas no podcast eram de áreas educacionais distintas. Havia especialistas dos anos iniciais, também da área da História, Artes, Educação Física, Ciências. Além disso, eram pessoas com vivências e atuações muito diversas na vida pessoal: pesquisadora, cantora, passista, capoeirista, evangélica, católica, candomblecista. Ao tratar da coletividade da comunidade negra em favor do empoderamento individual, Collins (2019, p. 11) reconhece que as “lutas para viver uma vida significativa podem ser organizadas e sentidas de maneira diferente”, mas as experiências, “quando consideradas conjuntamente, revelam por que as ideias continuam sendo fundamentais para as lutas por liberdade, igualdade e justiça social”.

O primeiro episódio, portanto, trouxe a apresentação da Lei 10.639/03, a importância de novas perspectivas nas narrativas da negritude brasileira, as vivências e lembranças da infância e juventude das professoras, além de iniciar a apresentação de personalidades negras, mote dos próximos episódios. O episódio buscou lidar com o que propõe o documento diretor da Lei 10.639/03, no sentido de fortalecer identidades e direitos:

o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas (BRASIL, 2004, p. 19).



Capa do primeiro episódio do podcast Vozes Negras, com fotos de infância das professoras e professores envolvidos, divulgado no Dia da Consciência Negra.

Nos primeiros encontros virtuais ficou evidente que um episódio não seria suficiente para tratar de todos os assuntos que o grupo considerava pertinente ao tema. Por isso, foi feito um

calendário e nele constava uma ordem de episódios temáticos, desenvolvidos por duplas ou trios. Intencionou-se diversificar as abordagens às personalidades negras, buscando contemplar todas as áreas de conhecimento, o que também corrobora com o fortalecimento de identidades proposto pelas diretrizes da Lei 10.639/03. Este documento pontua que “a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores” deve valorizar “aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras” (BRASIL, 2004, p. 20). Foi exatamente isso que o Podcast Vozes Negras planejou, tendo em vista que cada episódio foi criado a partir das especificidades da formação de cada docente, além de privilegiar suas vivências e gostos.

O episódio dois surgiu fora do calendário acordado. Logo após a produção do primeiro episódio, a notícia de que Carlos Alberto Silveira Freitas havia sido asfixiado no supermercado Carrefour tomou conta dos noticiários (VASCONCELLOS, 2020). Com isso, o Vozes Negras produziu o episódio “Vidas Negras Importam”, que contava com a declamação dos nomes de crianças e jovens, vítimas de violência policial, um dos braços do racismo estrutural, e uma homenagem a Carlos Alberto.

O terceiro episódio do podcast teve como tema o rap e a personalidade negra apresentada foi o artista Emicida. O objetivo deste episódio foi valorizar a arte periférica e a música como instrumento de resistência cultural. Mattos e Abreu (2012, p. 119) escrevem que deve-se “pensar a cultura como processo e as identidades coletivas como construções culturais, por isso históricas e relacionais”. O rap brasileiro, assim como o samba, foi por muito tempo associado à criminalidade, entretanto, tem ganhado espaço nas últimas décadas como um estilo forte de denúncia das mazelas do povo negro nas periferias; Emicida é um dos seus nomes mais expoentes.

O episódio quatro do podcast focou em personalidades negras nos esportes. O professor responsável pelo texto apresentou pessoas negras em diversos esportes, revisando nomes do passado, mas com destaque a atletas da atualidade. Já o quinto episódio se afastou das áreas musicais e esportivas e apresentou o intelectual negro Milton Santos. Considerado um dos maiores geógrafos do mundo, Milton Santos, com sua vida e obra, apresenta novas e diferentes possibilidades da vivência negra:

As experiências de vida de personagens negros também evidenciam o quanto, apesar dos limites, homens e mulheres negros modificaram e romperam com os caminhos e destinos que lhes tentaram impor, seja no período escravista ou no pós-abolição. Suas experiências alargaram e diversificaram as possibilidades de vida e cultura dos afrodescendentes (BRASIL, 2004, p. 132).

O sexto episódio também corrobora com a afirmação acima ao destacar Estevão Silva e Maria Auxiliadora, duas personalidades negras do campo das artes plásticas. Enquanto o primeiro



viveu durante a segunda metade do século XIX e ganhou notoriedade pela pintura de naturezas mortas, a segunda retratava a vida doméstica, cultural e religiões afro-brasileiras do meio do século XX.

O Jongo foi tema do episódio sete do podcast Vozes Negras. Abreu (2012, 110, grifo nosso) pontua que, “a partir de 2012, várias manifestações culturais afro-brasileiras receberam o título de patrimônio cultural do Brasil, como o samba de roda, o *Jongo* e o ofício do acarajé”. As professoras que escreveram e gravaram o episódio optaram por fazê-lo em forma de estória, retratando a vida de duas crianças escravizadas, recém-chegadas ao país, incluindo vários cantos do gênero. O Jongo foi uma maneira dessas pessoas preservarem suas culturas e resistirem ao cativeiro. Outra forma de preservação cultural e resistência foi contada no oitavo episódio sobre a Capoeira. O destaque deste tema foi para vida e obra de Mestre Bimba e Mestre Pastinha, além da fruição estética de uma música autoral do professor responsável pelo episódio.

O episódio nove teve como tema o papel da branquitude na pauta antirracista e ações afirmativas. As professoras criadoras trouxeram a reflexão de como pessoas brancas devem se comprometer na construção de uma sociedade sem racismo e apresentaram a política pública das cotas para ingresso em universidades e concursos. O décimo e último episódio do ano de 2020 foi sobre Racismo Ambiental. Nele, foi apresentado como ações de devastação ambiental afetam comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e, além do recorte econômico, perpassa a questão étnico-racial.

Os 10 episódios do podcast Vozes Negras buscaram colocar em prática a Lei 10.639/03, valorizando as histórias de personalidades negras, muitas vezes, alvo de um “jogo de discriminação”, que “mistura raça com educação e com posição social e econômica” (SCHWARCZ, 2012, p. 34). O Vozes Negras foi uma forma do grupo docente negro compartilhar suas experiências e protagonizar nomes de destaque na história afro-brasileira, bem como foi a criação de podcast que atuou como “uma ferramenta positiva ao desenvolvimento da aprendizagem” (JUNIOR *et. al*, 2020, p. 33).

Há o enraizamento de estereótipos do papel da pessoa negra na sociedade e o apagamento de grandes nomes da História. Sendo assim, o podcast buscou trazer à tona vozes negras de ontem e hoje, cientes de que “esses esquecimentos e silenciamentos são também exemplos evidentes de práticas racistas que começam a ser revertidas pelos direitos e deveres à memória, à história e à diversidade” (ABREU, 2012, p. 111). Os episódios também foram produzidos a partir da base teórica dos documentos legais sobre a temática étnico-racial, “com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes” em diversos momentos “da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação,



destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social ” (BRASIL, 2004, p. 22).

As pesquisas para a criação dos episódios foram feitas durante o ensino remoto, na casa de cada docente; os textos e as gravações, feitas pelos celulares pessoais, eram compartilhados num grupo de *Whatsapp* para a apreciação e sugestão de todos da equipe; a edição era de responsabilidade de uma professora e, depois de finalizado, o episódio era disponibilizado para toda a escola através de um link no Google Drive. Ao final do ano, o Vozes Negras recebeu formação tecnológica para inserir seus episódios nas plataformas de podcasts.

A aceitação das crianças e adolescentes atendidos pela unidade escolar foi positiva, visto os comentários nas postagens das turmas do Google Sala de Aula. Muitas crianças esperavam ansiosamente o próximo episódio e sabe-se de adolescentes que se interessaram em pesquisar alguns nomes, depois de ouvir determinado tema apresentado. O potencial desta ação, que ultrapassou o Dia da Consciência Negra, é grande, podendo estender-se para além do ensino remoto e contar, inclusive, com a participação discente em sua produção. Afinal, são suas vozes que também deverão ser ouvidas.

Considerações finais

A Lei 10.639/03 foi um marco legal nas políticas públicas do campo educacional. A escola, como importante instituição social, tem papel fundamental na reflexão, discussão e atuação prática das ações afirmativas da temática étnico-racial, presentes nesse documento. No Brasil, “ninguém nega que exista racismo, mas sua prática é sempre atribuída a outro” (SCHWARCZ, 2012, p. 31), sendo assim, trata-se de um desafio levar a transformação de falas, pensamentos, linguagem, ações de cunho racista. O currículo, agente direcionador da ação escolar, deve ser compreendido a partir de concepções inclusivas e com perspectivas transpassadas pelo multiculturalismo, diversidade, linguagem, gênero, sexualidade, etnia, raça, linguagem, além das relações de poder, economia e classe social. Complexa como é, tal discussão deve basear os debates escolares e as ações educativas.

O grupo que o criou o podcast Vozes Negras aceitou o desafio de, em meio ao período pandêmico de 2020, desenvolver uma ferramenta tecnológica e utilizar este meio como mais uma maneira de tentar aproximar estudantes e empoderar a negritude discente. Contudo, as dificuldades proporcionadas pela desigualdade social, piorada pela pandemia, impossibilitou que mais estudantes tivessem acesso ao podcast e às demais propostas pedagógicas oferecidas no ensino remoto. Além disso, pessoas negras formam “o maior contingente de vítimas” da Covid-19 (NASCIMENTO, 2020b, p. 129).



Logo, a luta pela vida de pessoas negras, continua presente, seja pela sobrevivência ou pela liberdade de sonhar. Como diz Conceição Evaristo (2020), é “tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos”, ainda que sejam, como o podcast Vozes Negras, quilombos virtuais, espaços de resistência e preservação da força do povo negro.

Referências

- ABREU, M. Diversidade cultural, reparação e direitos. *In*: DANTAS, C.; MATTOS, H.; ABREU, M. (orgs.). O negro no Brasil: trajetórias e lutas em 10 aulas de História. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- BOTTENTUIT, J. B.; COUTINHO, C. P. Podcast em Educação: um contributo para o estado da arte. *In*: BARCA, A. *et al.* Libro de Actas do Congreso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía. A. Coruña/ Universidade da Coruña: *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*. p.837-846. 2007. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7094/1/pod.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. *Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.saaesmv.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/CF-pelo-STF-ate-EC-106-de-2020.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- EVARISTO, C. Tempo de nos aquilombar. Xapuri Socioambiental, 07 jan. 2020. Disponível em: <https://www.xapuri.info/cultura/tempo-de-nos-aquilombar/>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- JÚNIOR, E. A.; SILVA, C. F.; BERTOLDO, S. R. Educação em tempos de pandemia: o uso da ferramenta podcast como estratégia de ensino. *Tecnia*, v. 5, n. 2, p. 31 - 51, 2020. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/815/624>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MATTOS, H.; ABREU, M. Uma conversa com professores de História sobre as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. In: DANTAS, C.; MATTOS, H.; ABREU, M. (orgs.). O negro no Brasil: trajetórias e lutas em 10 aulas de História. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

NASCIMENTO, I. S. Reforçar vínculos entre os sujeitos e fortalecer a autonomia da escola para enfrentar a pandemia. *Revista Educação Básica em Foco*, v.1, n.1, p. 1- 8, 2020a. Disponível em: <https://educacaobasicaemfoco.net.br/NumeroAtual/Artigos/Reforçar-vinculos-entre-sujeitos-fortalecer-lracema-Santos-Nascimento.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NASCIMENTO, I. S.; SANTOS, P. C. A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. *Caderno De Administração*, v. 28, p. 122-130, 2020b. Disponível em : <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53834/751375150148>. Acesso em: 26 abr. 2021.

OLIVEIRA I. A; OLIVEIRA S. A.; CARVALHO, S. R. Podcast como recurso pedagógico no ensino remoto. *Revista Aproximação*, v. 2, n. 5, p. 56 - 64, 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6709/4635>. Acesso em: 26 abr. 2021.

RIBEIRO, M. P. Teorias críticas e pós-críticas: pelo encontro em detrimento do radicalismo. *Movimento - Revista de Educação*, n. 5, p. 284 - 317, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32619/18754>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SACRISTÁN, J. G. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Penso Editora, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: SME/DOT, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/cc-ef-lingua-portuguesa.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VASCONCELLOS, H. Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre. *Notícias UOL*, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/video-mostra-homem-sendo-e-espancado-por-segurancas-do-carrefour-no-rs.htm>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>